



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdades de Ciências da Educação e Saúde–FACES
Curso de Psicologia

Uma Análise das Experiências Subjetivas de Pessoas em Situação de Rua

Rodrigo Fernandes dos Santos

Brasília/DF

Junho/2016



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdades de Ciências da Educação e Saúde–FACES
Curso de Psicologia

Uma Análise das Experiências Subjetivas de Pessoas em Situação de Rua

Rodrigo Fernandes dos Santos

Monografia apresentada à Faculdade de
Psicologia do Centro Universitário de Brasília
– UniCEUB como requisito parcial à conclusão
do curso de Psicologia.
Professora-orientadora: Valéria Deusdará Mori

Brasília/DF

Junho/2016



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdades de Ciências da Educação e Saúde–FACES
Curso de Psicologia

Folha de avaliação

Autor: Rodrigo Fernandes dos Santos

Título: Uma Análise das Experiências Subjetivas de Pessoas em Situação de Rua

Banca Examinadora:

Professora Dra. Valéria D. Mori

Professor Dr. José Bizerril Neto

Professora Dra. Tânia Cristina Alves de Siqueira

*Dedico a todos que enfrentam ou
já enfrentaram a situação de rua.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a minha mãe, Rosa Fernandes, que tornou este sonho possível e sempre presente e ajudando em momentos difíceis. Ao meu irmão Gustavo Fernandes e toda a minha família. À Caroline Martins, por sempre estar do meu lado e ajudar na parte mais difícil deste trabalho: a numeração de páginas. Especialmente à Walquíria Ribeiro Alves, pelo suporte infinito nas sessões de psicoterapia. Aos todos os colegas de faculdades, aos amigos do GTR – Instituto de Guitarra e à todos os meus amigos que toleraram a minha falta.

Para a realização desta monografia ficam os meus agradecimentos à professora Valéria Mori, cujas orientações possibilitaram a evolução; ao professor Fernando González Rey, que se dedicou em orientações de matérias anteriores, bem como Daniel Goulart e Eduardo Moncayo. Aos professor@s Leonor Bicalho, Morgana Queiroz, Hetty Lobo, Tânia Resende, Luciana Campolina, José Bizerril Neto, Maria do Carmo, Marília Jacome, Marina Kohlsdorf, Ingrid Raad, Ciomara Schneider, Frederico Abreu, Gilberto Godoy, Rodrigo Baqueiro, Michela Ribeiro, Alexandre Russo, Carlene Tenório, Geison Marinho, Carlos Medeiros, Maurício Neubern, Rogério Souza e Francisco Cechin. E, especialmente, agradeço a todos se interessam pela temática da situação de rua.

Sumário

1. Introdução.....	1
2. Fundamentação Teórica.....	5
3. Metodologia.....	20
3.1 Cenário Social de Pesquisa.....	21
3.2 Instrumentos.....	24
4. Análise e Construção da Informação.....	25
5. Considerações Finais.....	39
6. Referências.....	45
 Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	
(TCLE).....	50
 Apêndice B – Cronograma com etapas de pesquisa.....	52

Uma Análise das Experiências Subjetivas de Pessoas em Situação de Rua

RESUMO:

Este trabalho é uma produção acadêmica a partir de uma pesquisa de campo realizada com pessoas em situação de rua. O objetivo geral desta monografia é estudar a experiência subjetiva das pessoas em situação de rua. Os objetivos específicos são analisar as produções subjetivas e processos da subjetividade social presentes na experiência da situação de rua. É considerado o caráter dinâmico, contraditório e processual da subjetividade, e sua análise implica um momento deste sistema complexo. O estudo contou com 6 participantes (2 mulheres e 4 homens) e foi utilizado o método construtivo-interpretativo, de proposta qualitativa, tendo em vista a natureza plurideterminada dos fenômenos estudados. A experiência da situação de rua é mobilizadora e uma diversidade de sentidos subjetivos, que transcendem a falsa dicotomia entre o individual e social. A experiência da situação de rua é um fenômeno multifacetado e os processos da subjetividade social têm grande implicação nas relações sociais que as pessoas vivenciam nesta experiência.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas em situação de rua, subjetividade, sentido subjetivo

1. Introdução

A vida na rua não é um problema recente na história da humanidade. A condição de uma “horda de miseráveis” nas cidades pré-industriais já despertava a atenção e curiosidade de pensadores e escritores no cenário pós Revolução Industrial e teria influenciado “[...] Charles Dickens e Victor Hugo, na literatura, e Marx e Engels, no pensamento político” (Bursztyn, 2003, p. 19). Nos dias atuais, a situação de rua, como problemática de nível social grave, têm a sua representação nos veículos da mídia de forma naturalizada, banalizada ou mesmo mascarada (Resende, 2012).

Apesar de a população de rua ter presença marcante e crescente em nosso país, a comunidade acadêmica pode parecer estar mais ocupada com outros fenômenos sociais, a medida em que essa problemática acaba por carecer de debates. Mendonça (2006, p. 12) afirma que “de certa forma, a sociedade científica comporta-se como o cidadão comum que ao se deparar com um mendigo morador de rua tende a desviar o seu olhar, quando não o seu caminho”.

A falta de interesse sobre o tema acarreta outras problemáticas, dentre as quais o mesmo autor cita a carência de dados censitários. Até a data presente, em agosto de 2015, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ainda não possui senso sobre a população em situação de rua. Segundo a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da república (SDH/PR) (Brasil, 2014), a expectativa é que o IBGE possa futuramente incluir esta população, enquanto parcela, no censo demográfico.

Para Mendonça (2006), no ano de 2000 teria sido realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), em São Paulo, o primeiro censo oficial a respeito do tema. Os dados deste censo apontavam a identificação de 8.088 pessoas em situação de rua no estado de São Paulo. Dentre estes se encontravam: 4.395 em logradouros e 3.693 em albergues. Já o

segundo censo realizado o número total de moradores de rua foi de 10.399 pessoas, dentre estes 6.186 se encontravam em albergues e 4.213 nas ruas. Apesar de os dados revelarem um grande número de pessoas em situação de rua, a estimativa é de um número maior do que o apresentado na pesquisa. Para o Instituto (Fipe) o perfil dos moradores de rua inclui “[...]a predominância é masculina, com idade média de 40 anos, de pessoas sozinhas e com problemas de saúde. Além disso, a porcentagem de negros é mais alta do que na população moradora no município (Brasil, 2007).

Posteriormente, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) parece ser a primeira instituição a divulgar o seu Primeiro Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, identificando 31.922 pessoas na referida condição, representando o equivalente a 0,061% do total da população das cidades pesquisadas. Predominou, também, a população masculina (82%), faixa etária entre 25 e 44 anos (53%), sem o primeiro grau completo (63,5%). 71% dos participantes da pesquisa citaram pelo menos um dos três fatores de alcoolismos/drogas, desemprego ou desavença com pai/mãe/irmãos como determinante para a sua chegada à situação de rua, 70,9% afirmaram exercer alguma atividade remunerada e 88,5% afirmaram não serem beneficiados por órgãos governamentais (Brasil, 2012).

Meu interesse para abordar o tema das pessoas em situação de ruas veio através da percepção de como esta parcela da população é socialmente desconsiderada e marginalizada. Além disso, sempre me pareceu estranho perceber o tratamento desigual que esta população certas vezes recebe, muitas vezes sendo evitadas por outras pessoas ou ainda impedidas de frequentar determinados lugares,

Em função disso, ressalta-se a importância do debate acadêmico e político relacionado tanto à compreensão da temática quanto às estratégias políticas e assistenciais. Como também

defendem Silva e Gutierrez (2013), existe a necessidade de ações no sentido de trabalhar a redução dos estigmas que a sociedade lança para essa população e, simultaneamente, “[...] identificar quais processos transformaram este segmento social em um problema” (Silva & Gutierrez, 2013, p. 157)

Isso remete, também, a uma preocupação da Psicologia com relação ao compromisso social dos psicólogos face à questão das pessoas em situação de rua. Desta maneira, faz-se necessária uma visão crítica sobre os conceitos e teorias, de modo que não naturalizem os processos sociais, servindo de apoio para os processos de exclusão. Bock (1999) amplia o significado da prática terapêutica, a partir do conceito de compromisso social, afirmando que ela deve ser capaz de: “[...] alterar a realidade social, de denunciar as desigualdades, de contribuir para que se possa cada vez mais compreender a realidade que nos cerca e atuarmos nela para sua transformação no sentido das necessidades da comunidade social” (1999, p.327).

E ainda, a segunda justificativa com relação ao tema de pesquisa é que o trabalho do psicólogo deve considerar a reflexão entre o exercício de seu trabalho com a articulação com o social, portanto sendo importante questionar e repensar tais fenômenos sociais, que uma vez tidos por anos como naturalizados e cristalizados contribuem para processos de exclusão. Nesse sentido, é importante pensar a psicologia, a partir de um indivíduo dentro de uma realidade social que o indivíduo constrói, ao mesmo tempo que ele é reconstruído por esta (Bock, 1999).

A partir deste ponto, a ideia de subjetividade assume caráter importante, uma vez que permite que se trabalhe a articulação entre individual e social a partir de uma perspectiva de multideterminação dos fenômenos. Desta maneira, a experiência subjetiva das pessoas em

situação de rua vai se organizar em torno das esferas individual e social, que vão se constituir mutuamente na qualidade de processo (Mori & González Rey, 2011).

O objetivo geral desta monografia é estudar a experiência subjetiva das pessoas em situação de rua. Os objetivos específicos são analisar as produções subjetivas e processos da subjetividade social presentes na experiência da situação de rua.

2. Fundamentação Teórica

Discorrer sobre a temática de pessoas em situação de rua implica, também, refletir sobre os diferentes processos subjetivos que configuram essa experiência. Desta maneira, a ideia de subjetividade, proposta por González Rey (2003, 2005, 2007, 2011), torna-se uma ferramenta importante para a discussão deste tipo experiência por abarcar a perspectiva da complexidade – que é caracterizada pela visão plurideterminada, não determinista, processual e sistêmica dos fenômenos estudados em seu momento atual.

Portanto, um sistema complexo é caracterizado pela alternância entre momentos de organização e o processualidade, assim como de sua continuidade e ruptura. Consequentemente, este modo de analisar os fenômenos, rompe com a visão do determinismo mecanicista (González Rey, 2005). Os sistemas complexos, como a subjetividade, por exemplo, não aparecem de forma imediata para o observador. Isto pode ser entendido em função de uma diversidade de aspectos, sobretudo presentes nos fenômenos sociais e psicológicos, apresentarem-se interrelacionados, de modo que podem gerar processos que diferem qualitativamente daqueles os quais originaram (González Rey, 2005).

Deste modo, a concepção de subjetividade, aqui utilizada para tratar da experiência subjetiva da situação de rua, não é limitada aos aspectos individuais e intrapsíquicos ou meramente originadas a partir de um determinismo sociológico, todavia pensadas a partir de uma perspectiva histórico-cultural. Ou seja, a subjetividade é entendida como um sistema complexo, produzida individual e socialmente na vida social, que resgata a integração entre o simbólico e emocional e ainda supera a falsa dicotomia entre individual e social (González Rey, 2011).

Neste sentido, a análise da experiência subjetiva de pessoas em situações de rua deve contemplar a dialética existente entre o individual e o social, levando em consideração que

esta experiência não compreende apenas como uma experiência relativa aos processos individuais, mas também se constitui nas diversas ações e cenários sociais os quais estas pessoas integram. Em função disto, é levada em consideração que a pessoa em situação de rua deve ser vista como sujeito constituído socialmente e constituinte dos processos sociais. Moradores de rua podem ter esta definição, a ser problematizada:

A população composta por moradores de rua inclui qualquer pessoa que, sem moradia, pernoita nos logradouros da cidade, nos albergues ou qualquer outro lugar não destinado à habitação. Desta forma, é possível incluir, como membros desta população, todas as pessoas que residem em locais precários. No Brasil, a definição ampla incluiria, assim, não apenas os albergados e a população que pernoita nas ruas mas, também, os moradores de cortiços e favelas, dada a precariedade de seus domicílios (Mendonça 2006, p.11).

Diferentes são os termos para definir este grupo dentro da sociedade, dentre eles os mais comuns são “moradores de rua” e “pessoas em situação de rua”. Para Rosa, Secco e Brêtas (2006), o termo “pessoas em situação de rua”, pode sugerir uma ideia de qualidade transitória deste processo permeada pela exclusão social, em contrapartida que ressaltam a dificuldade de sair da rua. Contudo, este mesmo termo encontra maior abrangência, uma vez que a terminologia morador de rua, além de poder servir como um processo de rotulação ou estigmatização — muito presentes na subjetividade social dominante —, não abrange as situações de rua que sejam realmente transitórias pela possibilidade de saída da condição de rua por redes de suporte, como a família ou amigos, por exemplo. Percebo também que a dificuldade de problematizar os limites da categoria moradores de rua ou pessoas em situação, muitas vezes pode implicar uma dificuldade pessoal, seja do pesquisador ou do cidadão, de olhar para este fenômeno enquanto uma problemática social grave, que muitas vezes não queremos nos deparar.

Nesta concepção de Mendonça (2006) há um risco de “classismo” ao definir moradores de favelas como em condição de rua, levando em conta que as condições de suas moradias não se encontram de acordo com os padrões e expectativas da classe alta e média sobre o que é ter uma casa que não seja precária. Sobretudo, esta definição de moradores de rua é implica aspectos da subjetividade social — que pode ser compreendida como “[...] o resultado de processos de significação e sentido que caracterizam todos os cenários de constituição da vida social, e que delimitam e sustentam os espaços sociais em que vivem os indivíduos, por meios da própria perpetuação dos significados e sentidos que os caracterizam dentro do sistema de relações em que eles atuam e se desenvolvem” (González Rey, 2003, p.205-206) — uma vez que vai ao encontro de representações compartilhadas e discursos socialmente (re)produzidos sobre esta população. Esta definição de moradores de rua não é feita a partir do posicionamento próprio deste grupo social e de sua singularidade. Ou seja, isso nos fala da subjetividade social dominante: nos referimos a essa experiência de fora, sem levar em consideração o sentido dela para esta população. A caracterização apresentada na definição da população de rua encontra, ainda, tensão entre o que é esperado socialmente pela subjetividade social brasileira como modelo de sucesso na vida social, em contraste com as condições sociais e formas de subjetivação que este grupo social vivência, deste modo critico a seguinte afirmação:

Viver na rua sempre pressupõe condições precárias de vida, discriminação, baixa autoestima e abandono da sociedade de uma forma geral e de seus antigos vínculos familiares. [...]A trajetória de vida do povo da rua desenha sempre uma sequência de fatos e fracassos pessoais e desamparo institucional (Brêtas, Marcolan, Rosa, Fernandes & Raiser, 2010, p. 479).

As formas como as pessoas em situação de rua são percebidas socialmente está intimamente relacionada à subjetividade social. A citação acima retrata, inclusive, aspectos pertinentes a situação de rua, que nem sempre são óbvios ao olhar do senso comum. Todavia,

não apenas exclui a possibilidade da vivência na instituição de rua por escolha pessoal e posicionamento ativo do próprio sujeito, desconsiderando a própria organização do sistema de relações nesses grupos, o que pressupõe pensar a ideia de família em outros termos. Novamente, os “fracassos pessoais” refletem acontecimentos objetivos da vida social que não estão de acordo com o esperado a partir dos diversos sentidos configurados no contexto brasileiro.

A experiência da situação de rua, em termos do vivido, frequentemente vem associada a processos de exclusão de estruturas convencionais da sociedade, tais como emprego, moradia e vida privada (Rosa et al., 2006), além da presença marcante de fatores de risco (Paludo & Koller, 2005). Deste modo, os processos de subjetivação decorrentes da experiência de rua devem levar em consideração as diversas formas de organização social, as quais constituem o campo para que tais processos de desenvolvam, de modo que a leitura feita sobre a pessoa em situação de rua não resulte em um olhar de culpabilização do sujeito por sua situação e possa ir além dos discursos socialmente já produzidos.

A temática da situação de rua implica pensar sobre diferentes processos que se configuram na subjetividade social. Silva e Gutierrez (2013) definem três situações distintas dessa população. Uma delas, o “ficar na rua”, refere-se a uma condição não permanente, na qual a pessoa preserva perspectivas futuras de retornar às atividades profissionais e pessoais as quais exercia anteriormente a situação de rua. Neste ponto percebe-se a existência de laços familiares consistentes e algum tipo de vínculo com as atividades pessoais exercidas antes que a situação do “ficar na rua” fosse estabelecida. Na medida em que a pessoa se distancia dessas atividades e dos laços familiares, ela pode assumir a condição de “estar na rua”, que seria uma etapa de transição. Esta condição inclui também a formação de novos vínculos na rua. E por fim, os autores trazem a condição de “ser da rua” indica que houve uma formação

de identidade em torno dessa circunstância. Além disso, rompimento de laços familiares e a formação de uma nova forma de ver o mundo e o modo o qual se formulam as relações.

A vivência das três situações distintas descritas acima vai depender de como são configurados os sentidos subjetivos em relação ao trabalho, à família, atividades pessoais, a possibilidade de novos vínculos na rua, entre outros aspectos. A leitura das três situações carrega uma significação que se constitui no processo de transição permeado pelas etapas de estar, ficar e ser da rua, neste último estágio implicando a desvinculação com a instituição familiar e organização do trabalho. Apesar de estas interpretações constituírem um recurso que possibilite uma certa compreensão e seja reflexo de desdobramentos possíveis da vivência na situação de rua, novamente, relacionam-se com os aspectos da subjetividade social, uma vez que essas representações parecem se relacionar mais com a parcela adulta dessa população antes inseridas socialmente e no mercado de trabalho e que cai em situação de rua, uma vez que esta interpretação desconsidera outras parcelas que compõem este grupo social — como, por exemplo, crianças que passam a exercer atividades de trabalho justamente durante a situação de rua (Cerqueira-Santos, Koller, Pilz, Dias & Wagner, 2006), o que significa um posicionamento em relação a atividade laboral inversa à espera na etapa de ser da rua.

Outra terminologia utilizada na vivência da situação de rua é processo de *cair na rua* (possibilitaria as três situações de *ficar, estar e ser* da rua), que pode ser impulsionado, por exemplo, através de circunstâncias indesejadas, como a perda de um emprego, tornando-se uma alternativa de sobrevivência (Silva & Gutierrez, 2013). Neste sentido, é percebido que o aumento do índice de desemprego vem associado como “efeito cascata” do aumento do número de pessoas em situação de rua (Garcez Ghirardi, Lopes, Barros, & Galvani, 2005), — o que ilustra que as formas como se configuram a subjetividade social, tem implicação na

configuração da subjetividade individual, podendo resultar em desdobramentos distintos de uma diferenciada trajetória de vida frente a situação de rua.

Em função do estabelecimento da situação de rua (também conhecida como *cair na rua*) ter relação, também, de como os sentidos subjetivos se configuram, a questão não deve ser abordada por uma perspectiva determinista ou monocausal. Para González Rey (2011), o sentido subjetivo, possui qualidade processual e sistêmica, sendo constituída pela unidade inseparável entre o simbólico e o emocional. Ao se relacionarem, podem formar uma outra unidade que preserva os sentidos subjetivos dominantes, chamada de configuração subjetiva, portanto, abarcando uma rede simbólico-emocional que implica o vivido, bem como seus efeitos e desdobramentos, os quais seriam incompreensíveis através de uma análise isolada dos sentidos subjetivos. Portanto, o estabelecimento da situação de rua deve levar em consideração a forma a qual os diversos sentidos se configuram, de modo que não seja interpretada em termos de causalidade a partir de um viés de determinista ou reducionista.

Neste sentido, a vivência da situação de rua frequentemente aparece na literatura relacionada a uma diversidade de motivações ou dificuldades, tais como problemas advindos da falta de suporte familiar (Cerqueira-Santos et al., 2006), uso abusivo de álcool ou outras drogas (Rosa et al., 2006), transtornos mentais (Botti et al., 2010), entre outras possibilidades. Contudo, não são tais dificuldades, enquanto processos, que levam a situação de rua, mas sim a forma na qual as diferentes experiências são configuradas na subjetividade dessas pessoas.

Em contrapartida, estes fatores de riscos tendem a ser representados e significados na subjetividade social como a causa da situação de rua, que acaba por produzir discursos que culpabilizam o sujeito por sua situação, o que confere uma perspectiva explicativa equivocada do senso comum de causa e efeito muito individualizada deste processo. Neste sentido, estes fatores não devem ser interpretados como causa determinante do fenômeno,

uma vez independem da situação de rua para ocorrer e não necessariamente são resultados ou resultam nela. Concomitantemente, Hallais e Barros (2015) chamam a atenção para a preocupação dos discursos científicos e acadêmicos com a questão da população em situação de rua em termos de promoção de saúde e políticas públicas, no entanto associando a questão da experiência da situação de rua a perspectivas causais, o que pode acabar por resultar na reiteração de discursos pautadas em termos de controle, uma vez que as práticas de saúde podem acabar por serem orientadas a prescrição e intervenção da vida das pessoas. Isto ilustra como a apropriação dos discursos presentes na subjetividade social pode mobilizar práticas equivocadas dos órgãos públicos em relação a esta população, em termos de normatividade, quando desconsideram os sentidos subjetivos da experiência da situação de rua.

Estas considerações, além de ilustrarem a dialética existente entre os processos individuais e sociais, especialmente na experiência da situação de rua, as formas de configurações da subjetividade social, como as formas de organização da economia, podem mobilizar diferentes sentidos subjetivos das pessoas em situação de rua em suas trajetórias de vida. Portanto, a experiência de rua por si só, não pode ser descrita a partir de processos psicológicos de significação universal em função do caráter objetivo da experiência. Isto implica que a pessoa em situação de rua produz diferentes sentidos subjetivos a partir do processo de vivenciar tal experiência, que vão compor organizações subjetivas que emergem deste processo.

Garcez et al (2005) considera a possibilidade de familiarização com a instituição de rua, o que levaria o sujeito a uma diminuição dos sentimentos de ameaça e vulnerabilidade decorrentes dessa nova condição de vida e frente a esta perspectiva, viabiliza-se a construção de um novo referencial que compõe a formação de um novo cotidiano – que inclui o desenvolvimento de novas estratégias de sobrevivência e no qual a rua e seus moradores

tomam uma importância maior na vida da pessoa. Isto implica pensar que os novos espaços sociais da instituição de rua possuem processos de subjetivação distintos, constituindo formas diferenciadas de configuração dos sentidos frente a esta experiência. Deste modo, o desenvolvimento de estratégias de sobrevivência aparece como um aspecto importante da subjetividade social do grupo da população de rua, que se torna mobilizadora de produção de novos sentidos subjetivos para esta experiência.

É indubitável que o tempo é um fator significativo para a aquisição da cultura da rua. Tal fato depende da (con)vivência do indivíduo com o cenário e os outros atores que compõem a vida na rua. O vínculo familiar contribui para acelerar ou retardar esse processo" (Rosa et al., 2006, p. 335).

As questões da familiarização com a subjetividade social da população de rua estão relacionadas a forma a qual os sentidos subjetivos vão se configurando na subjetividade individual, tendo em vista os espaços sociais permeados pela subjetividade dominante dos grupos da população de rua. A identidade da pessoa em situação de rua configura-se por sentidos subjetivos frente a sua experiência, sendo fortemente influenciada por diferentes processos dentro e fora de seu grupo social; podendo os diversos sentidos subjetivos presentes nas configurações das novas relações constituídas com a população de rua, em determinados momentos, entrar em tensão ou conflito com os sentidos presentes na configuração familiar, por exemplo, quando diversos sentidos relacionados da subjetividade individual (como valores pessoais, sexualidade, estilo de vida, entre outras possibilidades) divergem e entram em conflito com outros sentidos presentes da configuração familiar. Contudo, este fenômeno de tensão ou conflitos pertinentes à configuração familiar, também independe da situação de rua, podendo ocorrer a partir do convívio do indivíduo com diferentes grupos ou segmentos da sociedade que apresentem configurações de sentidos drasticamente diferentes. Quando a pessoa cai em situação de rua não há necessariamente um

desaparecimento das relações familiares ou outros vínculos anteriores a esta situação, mas uma mudança de caráter na forma as quais estas relações se configuram.

Mas a experiência de rua pode não somente entrar em conflito com o âmbito da configuração familiar, mas também com as diversas formas da subjetividade social. Em função da precariedade financeira que dificulta o autocuidado, para Rosa et al (2006) os estigmas sociais emergem em função do morador de rua se “descuidar”, o que, por vezes, teria relação com uma autoestima fragilizada por conta da situação de vida. A consequência desse processo seria rotulações como mendigo, maltrapilho, entre outras, que serviriam por caracterizar as pessoas que se encontram nessa situação. “Na linguagem da rua quem não se cuida é mendigo, os demais são pessoas em situação de rua” (Rosa et al, 2006, p. 355). Neste sentido, critico a posicionamento dos autores por relacionarem a autoestima fragilizada como fator explicativo do “descuido pessoal”, uma vez que os cuidados de higiene e aparência tem diferentes representações na subjetividade social, estas podendo-se configurar de formas variadas, não necessariamente de forma linear ao sentido subjetivo da autoestima. Sobretudo, esta questão serve para ilustrar como a discrepância entre as expectativas sociais do modelo de apresentação pessoal frente as formas as quais a população de rua consegue se apresentar na sociedade, frequentemente passa a ser um fator de inclusão ou exclusão social, visto que “as formas de subjetivação das diferenças individuais têm muito a ver com os modelos dominantes de subjetividade social, assim como a constituição social dos protagonistas” (González Rey, 2003, p. 205).

Cerqueira-Santos et al (2006) consideram a presença de atividades de trabalho realizadas até por crianças e adolescentes da população de rua, sendo estas atividades lucrativas (como venda de produtos comestíveis, por exemplo) uma forma de viabilizar o uso de roupas de grife, tornando-se uma forma de cumprir alguns de seus desejos de consumo; e ainda, para os autores, a atividade de trabalho pode ser um aspecto autovalorização para o

grupo das crianças em situação de rua. Uma vez que o critério de aparência aparece com frequência nas representações da subjetividade social, o “uso de roupas de grife” surge como aspecto de autovalorização. Deste modo, é percebida a possibilidade de posicionamentos alternativos do sujeito frente as condições de adversidade, uma vez que pode corresponder *ou não* com a expectativa do estigma do “morador de rua”.

Frequentemente, as pessoas em situação de rua culpabilizam a si mesmas a partir da apropriação do discurso ideológico — definido a partir da qualidade de reproduzir relações sociais de dominação —, assumindo que toda a responsabilidade pela sua situação é decorrente de imperfeições pessoais. Eventualmente, acabam por justificar sua situação a partir de argumentos como: o de não ter sabido aproveitar as oportunidades, ou pela falta de estudos ou planejamento de vida (Mattos & Ferreira, 2004). Estes argumentos estão relacionados à produção de sentidos subjetivos que influenciam, inclusive, a constituição subjetiva da pessoa em situação de rua, mobilizando até a produção do sentido de sua própria identidade. Tais argumentos que mistificam a situação de rua, encontram-se mais presentes enquanto produção da subjetividade social, frequentemente justificados, também, a partir de uma perspectiva monocausal, sem uma reflexão crítica sobre o caráter multifacetado desta experiência. Neste sentido, os discursos sociais acerca da população de rua acabam por serem naturalizados na subjetividade social, frequentemente deixando de ser problematizadas, assim como outros discursos sociais.

Resende (2012) afirma que quando o fenômeno situação de rua recai em processo de naturalização ele deixa de ser problematizado e o grupo da população de rua acaba por ser apartado e expurgado da sociedade. Em relação a isto, a autora afirma que as representações da situação de rua, acabam por influenciar a percepção das pessoas em relação a como se identificam com a problemática da situação de rua e forma como se identificam com a pessoa em situação de rua. Deste modo, a subjetividade social não reconhece as pessoas em situação

de rua e os deslegitimam em suas necessidades e, quando naturalizada, contribui para favorecer os processos de exclusão social, uma vez que as representações compartilhadas acerca dessa população acabam influenciar os modos os quais as relações sociais passam a ocorrer. Dessa maneira, a população de rua passa a ser definida na subjetividade social associada a aspectos negativos e estereotipados, que dificultam a sua (re)inserção social.

Embora os fenômenos da inclusão e exclusão social tenham bases econômicas, não devem se encerrar apenas na carência financeira. Costuma-se conceber a pobreza associada a privação material, deixando de lado questões como a pobreza política e a deficiência da cidadania; podendo as populações desfavorecidas pela pobreza material experimentarem, também, o sentimento de abandono por parte da sociedade, acompanhado da dificuldade de reação frente a sua situação de exclusão. Neste sentido, Demo (1998) define como pobreza política como a exclusão política no íntimo da pobreza, enquanto “uma teoria da cidadania começaria pela procura de princípios universais de justiça, aceitos como moralmente comprometendo a todos os membros da comunidade política, e afastando a fragmentação implícita tanto na globalização como na polarização social” (p.46). Portanto, “a exclusão não se esgota no afastamento do mercado de trabalho, mas ganha significação tanto mais drástica no processo de destruição de valores integrativos tradicionais, atingindo patamares da precariedade marcada pela não-pertença e impotência” (Demo, 1998, p.21).

De forma geral, os fenômenos de inclusão e exclusão pertencem a ordem da subjetividade social, que engloba, não somente os processos econômicos, mas também as formas em que a vida política se configura, podendo a população, em geral, constituir-se na qualidade de sujeitos ou não destes processos, que têm grande implicação social. Assim como ocorre com a população em situação de rua, a exclusão se dá por viés econômico, político e social, mobilizando processos diversos da subjetividade social. As representações compartilhadas sobre as pessoas em situação de rua frequentemente podem assumir um

caráter, de certa forma, “pejorativo” em relação a esta população, o que, de certa forma, tende a dificultar a integração deste grupo com os diversos segmentos da sociedade. Neste sentido, os processos de exclusão vão além das questões políticas e econômicas, atravessando, também, o âmbito das relações sociais e as formas as quais elas passam a ocorrer em função destas representações.

Dentre as representações que a sociedade costuma perceber a população de rua, Mattos e Ferreira (2004) citam cinco dessas que frequentemente aparecem no imaginário social. A primeira é a de “vagabundo” que, apesar de essas pessoas frequentemente desenvolverem atividades informais, acabam por serem rotuladas como preguiçosas, improdutivas, entre outras adjetivações, partindo da falácia social errônea de que todos têm oportunidades iguais na sociedade. A segunda é a caracterização como “louca”, a qual o “discurso psiquiátrico” aponta a situação de rua como um subproduto do transtorno mental, em uma perspectiva de causalidade. A terceira é representação dessas pessoas como “sujas”, ilustradas pelo mau-cheiro e aparência sórdida, o que os autores contradizem afirmando que a maioria das pessoas em situação de rua não compartilham desta caracterização. O que rege esta representação é o “discurso higienista”, que, por vezes, visa a remoção das pessoas em situação de rua das proximidades de áreas residências, entre outros espaços sociais. A quarta é a de pessoa “perigosa”, representação na qual há a caracterização de ameaça social ou potencialmente criminoso, sustentada pelo “discurso jurídico” e “criminológico”. E a última representação é a de “coitadinha”, sustentada pelo “discurso religioso”, que apresenta a ideia de um modo de vida sofrido pode levar a salvação espiritual ou que a situação de rua pode ser decorrente de ações errôneas em vidas passadas, visão que promove uma atuação assistencialista ou paliativista frente a situação de rua, contudo tendendo a mantê-la.

Sobre estas representações, a subjetividade social acaba por configurar-se a partir de diferentes discursos. Desta maneira, além de compor a subjetividade social, os discursos

podem influenciar a subjetividade individual da pessoa em situação de rua tensionando sentidos subjetivos relacionados à identidade, autoimagem e autoestima com valores negativos e depreciativos que não a ajudam em sua condição social. Os diversos sentidos presentes na subjetividade social acabam por configurar as diversas relações que a população em situação de rua tem nos espaços sociais de um modo em que ocorrem a partir de um viés ideológico, no qual as relações de poder frequentemente as desfavorecem e as estigmatizam. Frente a estes processos, a pessoa em situação de rua pode se assujeitar ou se posicionar enquanto sujeito, confrontado esses valores socialmente atribuídos. Neste sentido, “a condição de sujeito é essencial no processo de ruptura dos limites imediatos que o contexto essencial no processo de ruptura que o contexto parece impor [...]” (González Rey, 2003, p.237).

Hallais e Barros (2015) descrevem a contradição da visibilidade e invisibilidade social da população de rua. Os autores citam determinadas operações municipais voltadas ao processo de “higienização” dos espaços sociais, excluindo a população em situação de rua — de modo a favorecer a moradores, comerciantes e frequentadores da região—, ora impedindo a sua aglomeração, ora removendo materiais considerados como “entulho”, que na verdade poderiam ser itens importantes para a sobrevivência na rua, tais como cobertores, papelão, bolsas, mochilas, roupas, pertencentes pessoais, inclusive documentação, entre outros. Neste caso, as ações não têm como finalidade o cuidado com esta população, mas sim como ações de regulação e controle social, na qual a visibilidade não se dá em termos de reconhecimento, mas sim contribuindo ainda mais a desigualdade socioestrutural. Por outro lado, tais ações municipais são caracterizadas pela violência estrutural sobre esta população, que também deixa invisível a referida população por não a reconhecer como parte da sociedade.

As representações compartilhadas sobre a população em situação de rua, além de terem implicação na forma a qual estas pessoas são percebidas socialmente, também

permeiam a forma como as diversas instituições governamentais e o poder público reagem a problemática desta situação, visto que estas também compõem a subjetividade social. Desta forma, a visibilidade “negativa”, que contribui com a desigualdade social, e a invisibilidade social ocorrem, muitas vezes, de forma despercebida, em função da naturalização da subjetividade social, e implica as mais diversas relações de forma sistêmica, de modo em que a população em situação de rua torna-se uma minoria dentro da sociedade. Deste modo, a visibilidade vem associada a formas de controle social e a invisibilidade relaciona-se com a naturalização da desigualdade social. Finalmente, este estudo citado deve ser valorizado em termos de originalidade nesta temática, pois a pesquisa contribui para dar visibilidade a estas trajetórias singulares, ao mesmo tempo, rachando as portas de suas condições sociais objetivas e sua subjetividade social.

Costa (2008) define a invisibilidade pública como o desaparecimento de uma pessoa em meio em meio a demais outras, caracterizada como um fenômeno psicossocial, ligado a humilhação social e reificação, dessa maneira, acabando por inibir as formas de expressão corporal e simbólica. O autor ainda afirma que racionalizações ideológicas tem por finalidade abafar o fenômeno da invisibilidade enquanto forma de violência simbólica, dificultando a compreensão do fenômeno por parte da sociedade. Isto sugere analisar os processos da subjetividade social que tornam a população em situação de rua invisível, simultaneamente mobilizando sentidos que acabam por justificar e naturalizar os processos de exclusão e invisibilidade social:

A naturalização da injustiça social faz com que seja percebida como a-histórica, independente de ação política humana. Simplesmente, uns tem sorte e outros não, ou, o que é pior, uns são competentes e outros não. Isso se relaciona à falta de mobilização da sociedade, de modo geral, no enfrentamento do problema, e à ausência de abordagem prioritária pelo poder público — se não é uma injustiça, não há por que se indignar. [...] Em outras palavras, o

sofrimento alheio somente suscita sentimento de revolta quando é percebido como consequência e injustiça, o que não tem acontecido com relação à situação de rua (Resende, 2012, p.461).

A desigualdade social passa, então, a ser concebida na subjetividade social como algo “dado” e naturalizado, que acomoda o posicionamento político e social frente a esta situação. Em meio a falta de reflexão crítica em relação a este posicionamento, as práticas de exclusão passam a se cristalizar socialmente frequentemente amparadas pelo mito da meritocracia, sentido que além de implicar a falácia de que “todos têm a mesma oportunidade”, traz a responsabilidade individual pelo sucesso desarticulada dos processos sociais, também presentes nas representações socialmente compartilhadas sobre a população em situação de rua. Neste sentido, Souza (2009) compreende a “meritocracia” como ideologia que serve para justificar a desigualdade social — a medida em que o enfoque recai na ação individual em termos de mérito, encobre-se as questões sociais que podem empurrar o indivíduo para o “fracasso”. Na visão do autor, é por conta dessa ideologia que a população pobre pode culpada por sua própria situação, através do esquecimento da interrelação entre social e individual: “[...] o indivíduo fracassado não é discriminado e humilhado cotidianamente como mero “azarado”, mas como alguém que, por preguiça, inépcia ou maldade, por “culpa”, portanto, “escolheu” o fracasso” (Souza, 2009, p.43-44).

3. Metodologia

O método dessa pesquisa qualitativa é o construtivo-interpretativo, proposto por Gonzalez Rey (2005). Parte do pressuposto de que não temos acesso à “Realidade Última”, de forma que o que compreendemos é, contudo, uma interpretação da realidade. Nesse sentido, encara-se o conhecimento enquanto produção humana. E, para encarar a referida questão utiliza-se o conceito de *zona de sentido*, o qual se entende como tais “[...] espaços de conhecimento que produzem na pesquisa científica e não esgotam a questão que significam, se não pelo contrário, abrem a possibilidade de seguir aprofundando um campo de construção teórica” (González Rey, 2005, p. 6). Tal ponto de vista é compartilhado, coincide também com os de alguns teóricos fora da área da psicologia, como Hawking (1988), que também considera o caráter provisório de uma teoria, levando em conta o seu sentido hipotético; o que significa que a teoria pode ser refutada, mas nunca completamente provada.

A partir dessa perspectiva, o conhecimento é desencadeado por um processo construtivo – a construção da informação – “[...] que encontra a sua legitimidade na capacidade de produzir, permanentemente, novas construções no curso da confrontação do pensamento do pesquisador com a multiplicidade dos eventos empíricos coexistentes no processo investigativo” (González Rey, 2005, p.7). Ao diferenciarmos construção de interpretação, a primeira, apesar de existir a possibilidade de estar desassociada de um referencial empírico em primeiro momento, no entanto sempre retornando a este referencial. Dentro do caráter construtivo-interpretativo no método qualitativo, um aspecto fundamental é o caráter teórico. Desta forma, o método busca construir modelos compreensivos do objeto de estudo. Para González Rey (2005, p.8-9), “a afirmação do caráter teórico desta proposta não exclui o empírico, nem o considera em lugar secundário, mas sim o compreende como um momento inseparável do processo de produção teórica”.

O objetivo do método vai além do conhecimento de como se organiza e quais os significados que o discurso do participante produz. Desta maneira, o processo de comunicação é um meio privilegiado o qual podemos estudar a subjetividade a partir de suas variadas maneiras de expressão simbólica. A partir dela podemos tomar conhecimento de como se configura e se processa os sentidos subjetivos característicos traços individuais do sujeito, assim como o entendimento sobre a influência dos fatores sociais sobre o ser humano em suas condições sociais objetivas (González Rey, 2005). “A comunicação será a via em que os participantes de uma pesquisa se converterão em sujeitos, implicando-se no problema pesquisado a partir de seus interesses, desejos e contradições” (González Rey, 2005, p.14).

3.1 Cenário Social de Pesquisa

Pode-se entender o cenário social de pesquisa como o espaço social o qual a pesquisa é desenvolvida e é direcionada a promover a implicação dos participantes no processo de pesquisa. É a partir da criação deste cenário em que emergem as possibilidades de escolha dos participantes de adesão ou não à pesquisa, à medida em que o pesquisador se posiciona para ganhar a confiança e se familiarizar com os participantes, bem como em relação ao contexto em que a pesquisa se desenvolve. A principal função da construção do cenário social de pesquisa é apresentar a pesquisa para os possíveis participantes, visando o envolvimento do sentido subjetivo dos participantes, visto que a decisão de participação do processo de pesquisa não se dá sem que haja interesse pessoal (González Rey, 2005).

Neste processo de apresentação da pesquisa deve haver um clima de comunicação e participação para que haja envolvimento e implicação na pesquisa. Tendo em vista que a pesquisa qualitativa tem como uma de suas características a acessibilidade de temas íntimos e sensíveis da história de vida dos participantes, de modo a demandar a formação de vínculo

entre participante e pesquisador como premissa para o desenvolvimento da pesquisa. Para González Rey (2005), o estabelecimento de um diálogo que promova a necessidade de os sujeitos participarem deste processo emerge como forma de ganhar, gradualmente, a confiança e segurança nessa relação interpessoal. Contudo, isso não deve visar rigidamente a busca de resultados desejados, nem há a garantia de se conseguir a participação que se espera dos participantes:

O êxito e as operações metodológicas de uma pesquisa não é algo formulado *a priori*, mas é algo constituído no próprio processo vivo da pesquisa. Toda pesquisa é um processo vivo em que se apresentam diversas dificuldades para as quais o pesquisador deve estar preparado e diante das quais deve tomar decisões que podem alterar o rumo da pesquisa (González Rey, 2005, p.85).

O Cenário Social da Pesquisa ocorreu a partir de áreas públicas na região do Distrito Federal os quais os participantes se encontravam em seu dia-a-dia. Foi apresentada aos participantes a proposta de pesquisa a ser desenvolvida, à medida em que foi-se dialogando e problematizando as questões referentes à situação de rua. Bem como foi discutido o desenvolvimento da pesquisa e suas finalidades, possibilitando abrir espaço para participação das pessoas envolvidas na pesquisa por meio de suas experiências de vida e posicionamento sobre o tema, caso desejassem. Neste sentido, foi explicitada pelo pesquisador a demanda de propor uma maior visibilidade sobre a situação de rua, neste caso, no cenário acadêmico.

Neste contexto da situação de rua, visto como marginalizado pela sociedade (Bursztyn, 2003), interpreto que dada a dificuldade de interlocução da população de rua com as demais classes sociais, isto pôde favorecer uma maior curiosidade, disposição e interesse dos participantes em compartilhar experiências pessoais e até íntimas no cenário social de pesquisa. A intenção presente na construção do cenário social de pesquisa não foi a criação

de um novo ambiente para a realização da pesquisa e, sim, a utilização do acesso à instituição de rua tal qual ela se apresenta.

Logo após o diálogo inicial sobre a proposta de desenvolvimento de pesquisa, foi feito o convite para a participação do processo de pesquisa, cumprindo com os requisitos necessários do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A) — que prevê os direitos dos participantes, bem como os deveres do pesquisador. O TCLE foi escrito em linguagem simples e acessível para os participantes, sendo devidamente explicado pelo pesquisador.

Levando em consideração que as pessoas em situação de rua, frequentemente, não têm moradia e/ou dispõem de meios de comunicação (como telefone), o recrutamento dos participantes foi feito através de busca pessoal e intermédio do próprio pesquisador. Foram abordados participantes com idade de 18 a 55 anos, sendo 4 homens e 2 mulheres, que fizeram parte desta pesquisa, e já tinham vivenciado ou vivenciavam a situação de rua por período igual ou superior a 60 dias (2 meses) dentro os 6 meses anteriores de sua vida. Tendo em vista que a situação de rua também implica situação de risco, evitou-se nessa pesquisa a participação de crianças, adolescentes e idosos.

Foi utilizado gravador para o registro das conversas, uma vez perguntada sobre a concordância dos participantes em relação a esta forma de registro, tendo em vista a garantia de sigilo. Para o processo de pesquisa foram priorizadas áreas mais reservadas no espaço da instituição de rua, mantendo-se distância mínima de 5 metros de distância de outras pessoas que estivessem nas proximidades, de modo a favorecer maior privacidade no processo de conversação.

3.2 Instrumentos

Foi utilizado o instrumento de dinâmica conversacional no trabalho de campo, de modo a visar o estabelecimento de vínculo, sem necessariamente partir de questões definidas anteriormente. Desta forma, foi gerada a possibilidade de o sujeito se expressar de forma livre e de modo que os sentidos subjetivos venham à tona, à medida que os participantes vão se envolvendo gradualmente no processo de interação. Deste modo, Mori & González Rey (2011) afirmam os processos comunicativos em espaços relacionais como sendo meios de produção de informação.

Sendo assim, a conversação tem em vista o tema-objeto da pesquisa e o pesquisador tem por função facilitar esta dinâmica, uma vez que tem vista o valor das informações advindas da conversa com o sujeito, que vão além de sua intencionalidade consciente. Aqui, os trechos da expressão do participante assumem valor interpretativo que é substancial para sua construção teórica (González Rey, 2005). Desta maneira, “o importante não é simplesmente o que o sujeito diz, mas como diz” (González Rey, 2002, p.78).

Outro instrumento utilizado nesta pesquisa foi o diário de campo, de modo a registrar percepções e impressões pessoais que surgiram no processo de pesquisa, sobretudo nas idas a campo. Este recurso teve importância no favorecimento de registro e *insights* sobre processo de conversação e interação, bem como expressões corporais dos participantes, sobretudo relacionadas à emocionalidade.

4. Análise e Construção da Informação

O estudo foi realizado a partir de sessões dinâmicas conversacionais individuais, contando com a participação de quatro homens e duas mulheres para a realização desta pesquisa. O participante P1, 32 anos, encontrava-se na situação de rua em função da falta de recursos financeiros para pagar o aluguel e se sustentar. Frequentemente era despejado e passava os seus dias na rua. A participante P2, 35 anos, vive a situação de rua desde sua infância. Esporadicamente, morava com amigos, mas em função de conflitos nessas relações retornava à rua. O participante P3, 26 anos, relatou queixas em relação à família, “preferindo” morar na rua. O participante P4, 37 anos, passou para a situação de rua depois do rompimento da relação com a ex-mulher. O participante P5, 30 anos, está na rua desde que os pais morreram em sua infância. E a participante P6, 50 anos, vive a situação de rua por não conseguir sustentar uma casa, tendo em vista que não trabalha.

É comum encontramos pessoas que estão em situação de rua, também, na posição de pedintes ou vigiando carros. Desta forma, o cenário de pesquisa logo de imediato abriu espaço para discussões relacionadas a meios de sobrevivência e trabalho. O participante P1. relata a sua dificuldade:

“É sofrimento da rua, o ser humano não tem oportunidade. Eu gostaria de um emprego, oportunidade. Trabalhei em várias empresas e me deram calote”.

No caso do participante P1, apesar de ele ter apresentado ações no sentido de reivindicar seus direitos, o chamado “calote” que levou ocorreu em função da falência da empresa a qual trabalhava, não sendo possível o recebimento do dinheiro o qual a mesma lhe devia; restando a ele, como alternativa, buscar atividades informais, como vigiar carros, para conseguir seu sustento. No geral, as pessoas em situação de rua frequentemente relatam a dificuldade de se vincularem a empregos formais. A queixa da falta de oportunidade de

trabalho mobiliza produção de diversos sentidos e dentre eles os quais alguns encontram-se relacionados à identidade. O trabalho possibilita a autonomia e independência, tanto em termos pessoais como financeiros, podendo se constituir como espaço social de reconhecimento; ou ainda ser motivo de sofrimento, frente às adversidades que o contexto laboral apresenta e, por vezes, fazendo-se necessário, em determinados momentos, colocar as demandas pessoais de lado para dar conta das demandas de trabalho.

“Você trabalha com o quê fulana[participante P6]?” - pesquisador

“Eu não trabalho não! Não tenho profissão nenhuma não. Fico só em casa mesmo. E saio para viver. [...] É raro eu vigiar carro. Não gosto. O meu negócio é pedir. Não gosto de vigiar carro não”. – participante P6

Contudo, mais tarde, na pesquisa ela descreve o outro lado de sua experiência:

“Então tudo fica pesado. Aí se você não trabalha, se você não tem salário nenhum, como é que as contas você paga? Não tem como...” – participante P6

A participante P6, primeiramente, retrata sua vivência de não trabalhar tendo uma condição de liberdade pessoal em termos de maiores possibilidades de utilização de seu tempo, uma vez que não há compromisso com atividades laborais. Contudo, há pouca liberdade em termos de possibilidades financeiras, de certa forma ficando aprisionada às demandas da vida, uma vez que suas dívidas e impossibilidades financeiras de manter sua casa a obrigam à situação de rua. Sua fala seguinte, retrata outra realidade pouco percebida e nada comum nas representações compartilhadas em relação às pessoas que vivem a experiência da situação de rua, não sendo o ter “moradora de rua”, enquanto pessoa que não tem onde morar, o mais adequado para descrever seu caso:

“É três casa que eu tenho... tudo na xxx. Tudo sem chuveiro... as pias não tem nenhuma torneira. Tudo pecinha cara.” – participante P6

A sua casa, a qual também chamou de “barraco” durante o processo de dinâmica conversacional, aparece como um lugar o qual encontra-se sozinha e sem recursos financeiros para mantê-la. Os lugares encontram-se em situação de extrema precariedade e a participante, até o momento da pesquisa, não tinha conseguido um enfrentamento satisfatório desta situação, nem mesmo havia pensado na possibilidade de alugar as casas. Sua mãe sustentava a participante enquanto estava viva, mas após seu falecimento, a participante P6 viu-se sem autonomia e sem recursos para ingressar no mercado de trabalho e manter suas despesas pessoais. No geral, diversos são os fatores que podem dificultar o vínculo empregatício, como a falta de capacitação, apresentação pessoal inadequada, dificuldade de adaptação às demandas de trabalho, entre outros. No caso da participante P6, os fatores mais preponderantes são que ela, além de parecer ter pouca preparação (profissional) e nenhuma experiência para se inserir no mercado de trabalho, ainda apresenta problemas de saúde que tornam sua locomoção física dolorosa, o que tende a favorecer ainda mais que ela perceba a prática de pedir como a melhor forma de adaptação para a sobrevivência, em termos de arrecadação de dinheiro. Isto abre margem para pensar que o trabalho pode assumir diferentes sentidos subjetivos tanto na experiência da situação de rua, quanto na inserção do mercado de trabalho.

Estar em situação de rua, torna-se mais um fator que dificulta o retorno ou ingresso no mercado de trabalho, em função de as pessoas que se encontram nesta situação acabarem ficando fora desta rede. Esta questão problematiza a falácia da meritocracia — já discutida anteriormente na fundamentação teórica —, presente nas representações compartilhadas socialmente. Em função de demandar uma relevante fração de horas do tempo de vida total de um sujeito, muitas narrativas da história do sujeito são construídas nesta condição de trabalhador, assim como a autoimagem pode ser atrelada a esta condição. De certa forma, o

trabalho confere *status*, posição e diferenciação do sujeito em uma sociedade. A participante P3, ao ser indagada sobre a sua melhor experiência na rua responde:

“Trabalhei, já me ajudaram, joguei tudo para o alto. Eu ia ganhar uma casa. Eu tinha um marido que tava 12 anos com ele. Ele tá na cadeia. Eu ia ter um quiosque na xxx [quadra]. O trator derrubou. O padre e o prefeito do Guará me deu. Eles me ajudaram muito e joguei tudo para o alto”.

A perda da oportunidade de trabalho, além de poder representar a perda da oportunidade de pertencimento na categoria representada como “classe trabalhadora da sociedade”, dificulta e torna a menor a possibilidade de saída da situação de rua. As categorias profissionais têm sua própria subjetividade social, de modo que passar a ser constituinte e constituída pelos sujeitos a que dela pertencem, deste modo sendo um fator importante, também, constituição da subjetividade individual. O relato da participante, também, entra em conflito com as ideias predominantes na subjetividade social acerca da expectativa sobre sucesso profissional e perspectivas de relacionamentos afetivos. Embora cite ajuda de pessoas para montar um empreendimento, a participante parece não apresentar habilidades necessárias para empreender seu próprio negócio.

“O mais interessante é precisar de um emprego. Para pagar o meu aluguel e andar cheiroso. Comprar as coisas que eu gosto. Quando eu estou em casa eu fico cheiroso”. – participante P1.

A importância do trabalho na vida social vai além dos sentidos subjetivos relacionados à identidade ou mesmo a ocupação do lugar social. A insuficiência de recursos financeiros pode resultar na dificuldade de manter cuidados básicos de higiene e saúde em geral, uma vez que o indivíduo começa se apresentar para o social mostrando descuido em sua aparência, além do desconforto físico, torna-se mais difícil o mesmo se inserir nos grupos

e espaços sociais. Por exemplo, a pessoa em situação de rua que apresente este descuido pode até ter dinheiro pagar a sua comida em um restaurante, mas possivelmente vai encontrar dificuldades para ser aceita neste espaço social em função de algumas características vistas como traços de estigma, como a própria aparência descuidada ou mau cheiro. Dessa maneira, o descuido com a aparência, frequentemente relacionado pelos participantes à dificuldade financeira, parece gerar desconforto neles, ao passo que mostram alguma necessidade de mostrar que se preocupam com a aparência. O participante P3, mostra seu contentamento em cuidar de sua aparência no trecho seguinte:

“Eu tava até com o boné, eu cortei o meu cabelo sozinho, eu tô muito doido [risos]. Graças a deus eu não devo a ninguém.”

Ao ser indagada sobre o que gostaria, participante P2 responde:

“Queria um creme, escovar o meu cabelo. Tem quatro dias que eu não escovo.”

E ainda podemos ver a importância dada aos cuidados de higiene a partir da afirmação do participante P4:

“Mas é... sei lá. Os meus colegas que vivem na rua, para falar sério gostam. Eles têm onde de comer e tomar banho. Toma banho na rodoviária ali, você sabe? Pede sabão para tomar banho nas casas. Eles não têm do que reclamar”.

Sobre as questões de aparência e exclusão social, de certa forma, quando a pessoa apresenta uma imagem social “descuidada” isto abre margem para o possível recebimento de rótulos sociais como os de vagabundo, mendigo, bandido, ladrão, entre outros. Estas representações acabam por serem naturalizadas na subjetividade social, de modo que se tornam cristalizadas nos espaços sociais, favorecendo os processos de exclusão social. Há um jogo de tensões entre os sentidos subjetivos relativos à identidade e autoimagem em relação às representações compartilhadas sobre a população de rua. Frequentemente, as pessoas em

situação de rua têm dificuldade de manter uma boa aparência, não somente por questões financeira, que dificultam, por exemplo, a aquisição de roupas novas e cuidados com a aparência; mas sobretudo há a dificuldade de se conseguir lugar para tomar banho. Ou seja, frequentemente não conseguem cumprir as expectativas da subjetividade social em relação a apresentação pessoal frente aos espaços sociais. Além disto, as pessoas em situação de rua percebem que as demais pessoas se incomodam com sua aparência descuidada e mau cheiro. Isto abre margem para uma produção subjetiva em relação aos discursos sociais sobre a pessoa em situação de rua, uma vez que os sentidos subjetivos dialogam com as esferas da subjetividade individual e social, levando em consideração que as mesmas não representam uma dicotomia.

Frente as diversas representações compartilhadas, uma das formas de escape aos rótulos presentes na subjetividade social do grupo da população de rua que apareceu nesta pesquisa foi na qualidade de não-relação com a criminalidade. Uma vez que a vida dessas pessoas geralmente é excluída de diversos espaços sociais, como ambientes de trabalho corporativos, por exemplo, e sua representação na subjetividade social dominante está associada a processos de exclusão (como traços estigmatizantes advindas da falta de recursos pessoais para o autocuidado), os aspectos éticos e morais se tornam uma forma de diferenciação dentro do próprio grupo social das pessoas em situação de rua, demonstrando ser uma forma de legitimação do indivíduo – em meio à grande tensão da subjetividade social – e uma forma de amenizar os efeitos das representações compartilhadas.

“Eu me vejo como cidadão brasileiro como sem passagem criminal. Mas a sociedade vê como bandido. Às vezes chega das pessoas e a elas pensam que a gente vai roubar. Eu vigio os meus carrinhos porque não tenho coragem de roubar. Me vejo normal, como um cidadão. Não faço crime”. – participante P1

“Não vou mentir. Eu vou beber a minha cachaça. Mas não tenho impulso de querer roubar ali para comprar pinga não ali. É desse jeito que eu faço. Eu fico sem tomar, mas não vem com essa historia de roubar não. Eu prefiro vigiar um carro ali, outro aqui do que roubar. Isso não é comigo”. – participante P4

As pessoas em situação de rua também têm uma representação social sobre os demais grupos sociais que não se encontram nessa situação, sobretudo dentre eles a chamada classe média, e, simultaneamente, estas mesmas pessoas em situação de rua percebem que *outros* não as deixam fazer parte dos grupos. Portanto, deve ser considerado o meu papel de pesquisador frente ao processo de dinâmica conversacional, uma vez que as afirmações destes participantes representam, também, formas as quais eles gostariam de ser percebidos e representados na pesquisa. O participante P1 se identifica com o trabalho de “flanelinha”, buscando uma forma alternativa de se posicionar socialmente, embora que este tipo atividade de trabalho informais acabe por ser muito pouco reconhecido pela subjetividade social. Neste sentido, podemos pensar nos efeitos que a discriminação pode acarretar: além de promover os processos presentes na exclusão social, como a violência simbólica, por exemplo, ela também se desdobra em tensões sociais envolvendo ambas as partes: quem discrimina e quem é discriminado:

“Essa vida para mim eu tenho vergonha. Essa vida aí, eles olham assim... discriminando, igual a gente tava falando aí. Muita gente aqui do xxx[nome da cidade] faz isso”. – P6

Quando os participantes afirmam que não têm envolvimento com o crime para o pesquisador, para eles isto tem um sentido de autovalorização. E, além disso, neste contexto o aspecto individual parece resgatar a autonomia na condição de sujeito. A qualidade de não envolvimento com crime toma sentido de diferenciação deste indivíduo em relação àqueles que não se encontram nessa condição, na medida em que servem como uma espécie de busca da não-afirmação dos estigmas sociais referidos à qualidade de bandido, marginal,

vagabundo, ladrão, entre outros. Contudo, a questão da criminalidade assume diferentes dimensões, dependendo da experiência de cada pessoa:

“O meu amigo começou roubando laranja e terminou roubando banco. Quer dizer... laranja no modo de falar. Ele furtou um pacote de arroz por causa que os filhos dele passava fome. Aí chegou a polícia e prendeu ele. O meu amigo roubou um pacote de arroz porque os filhos precisavam, e foi preciso. Ele acabou que virou assaltante. Ele era humilde, pessoa maravilhosa. *Ele virou bandido dentro da cadeia. Não foi na rua.* Porque ele foi para a papuda e voltou “zuado”. Ele falou que a comida era ruim. Era tudo “babado” e azedo. Aí o cara sai revoltado. Ele me apoiou quando eu precisei. Ele me deixava ficar na casa dele quando eu era despejado e me dava comida. Mas a partir do momento que ele perdeu o emprego, ele começou a furtar. È assim, rouba, faz crime. Aí depois vai para cadeia. E a cadeia é a escola do crime. Sai de lá pior. O país só condena...” – participante P1

Nesta fala, o participante traz a experiência sobre uma das pessoas que compõem sua rede e que mutuamente se dão suporte na experiência da situação de rua. Quando o participante fala do seu amigo, ele *diz* sobre a forma a qual percebe a situação. Neste caso, especificamente, a representação social da pessoa em situação de rua a qualidade de bandido geralmente é encerrada, no senso comum, em um julgamento moral. Entretanto, estas representações presentes na subjetividade social acabam por ocultar os diversos processos subjetivos que propiciam o fenômeno da exclusão, que acarretam implicações nos desdobramentos da história de vida dessas pessoas, de forma diferenciada. Neste caso relatado na fala do participante, a transgressão social emerge como uma forma possível de sobrevivência, e, para manter as necessidades básicas dos filhos, a pessoa (citada acima) se vê obrigada a assumir o papel de transgressor da lei. Não conseguindo se manter inserida no mercado de trabalho, passa temporariamente a ocupar um lugar no sistema penitenciário, o

que reduz ainda mais suas chances reinserção neste mercado em função dos diversos sentidos subjetivos acerca da experiência carcerária.

A experiência da situação de rua mobiliza diferentes sentidos subjetivos, quando a pessoa tanto percebe as desvantagens da experiência na prisão e a violência presente na relação com a alteridade no ato de transgressão.

“Tava cansada de ir para a cadeia. [...] Não tô com coragem de roubar mais não”. – participante P2

Ou ainda pode ser prejudicial em sua busca de sobrevivência, quando as consequências sociais podem se desdobrar em vingança contra estas pessoas:

“Mas aí, cara você tem que andar certinho aí, parceiro. Porque se você roubar um bagulho do cara ali, tá na rua: você vai ser achado. O cara te vê e ele te mata. Você tá achando que vai roubar o bagulho do cara e ele não vai te ver? Uma hora ele te vê, parceiro, tu tá dormindo na rua e ele taca é fogo em tu, Igual o índio Galdino!” – participante P5

Neste caso, a vida do participante configura-se em situação de risco e vulnerabilidade. Todavia, a violência — seja simbólica ou física — dirigida à população em situação de rua advém de diversos segmentos sociais. Desta maneira, as práticas de discriminação e exclusão acabam por tonarem-se naturalizadas e cristalizadas na subjetividade social:

“Morar na rua não é bom não. Outro dia desses [eu] tava dormindo... eu e o Djavan e passou dois playboyzinhos e falou ‘vamos taca fogo nesses mendigos’. O outro falou ‘não, que isso, não faz isso com eles não, cara’. Não tacou fogo porque o outro não deixou. Se não tinha tacado”. – participante P4.

A fala do participante implica uma representação das pessoas de classe média ou alta associadas a estes tipos de episódio de violência, que acabam por promover tensões sociais. No ocorrido citado pelo participante P4, a violência deixa de ser apenas simbólica e passa a

ser física e a experiência de dormir na rua assume o sentido de risco de vida constante. Pelo menos no Distrito Federal, o medo da prática de atear fogo na pessoa que dorme na rua é presente na subjetividade social da população de rua, em função dos sentidos subjetivos que foram historicamente configurados. Uma vez que o rótulo de “mendigo”, comum nas representações compartilhadas da subjetividade social dominante brasileira, acaba por objetificar essas pessoas, servindo, erroneamente, para justificar as mais variadas formas de violência.

“O meu colega morreu lá[na rua]. O *fulano*[nome do amigo]. É colega meu. Mas não é bom não[ficar na rua]. Se eu passar uns dois ou três meses aqui... chega! [no sentido de ‘não agüento mais’]. Ninguém acha legal ficar na rua”. – Participante P4

“A vida na rua é ruim, perigoso, arriscado. É muita violência! Já briguei, já apanhei, já bati.... É meio chato”. – Participante P1

“É hoje, parceiro, tamo aí lutando na rua. É só piranha braba[na rua]. É como se cair no rio de piranha”. – Participante P5

Olha, isso aqui foi bandido [mostrando seus dentes quebrados]. Os traficantes dava droga para eles quebrar minha boca. Dava droga para quebrar eu no pau. De vingança. Eu nunca passei na minha vida antes de usar isso [drogas ilícitas]. – Participante P6

A experiência da situação rua deve ser considerada uma situação de extremo risco, não somente em função da recorrente privação de necessidades pessoais, como também as adversidades frente às formas de violência, advindas também do grupo da população de rua e, em determinadas situações, de traficantes que cobram pelo consumo e drogas estas pessoas que não tem casa para se esconder.

“Aí, quando começa a escurecer já me dá aquele medo, né? Procurar um lugar para dormir. Pegar um papelão para forrar. Às vezes durmo sentada porque não tem coberta. Não é toda vez que a gente traz coberta”. – Participante P6

“Eu já pensei em me matar. Na cadeia e na rua. Tinha hora que eu queria me matar. Meus colegas da rua não deixavam me matar. Amigo não, colega. Porque eu não tenho amigo na rua”. – Participante P2

As pessoas em situação de rua tendem a ser percebidas como “coitadinhas” ou “frágeis” pelos processos da subjetividade social, embora apresentem alta capacidade de produção de sentidos subjetivos frente às situações de dificuldades. A experiência do viver é mobilizadora de sentidos subjetivos, inclusive aqueles relacionados ao sentido da vida, que irão implicar as ações do sujeito frente ao desdobramento de sua história de vida. A participante P6, apesar de relatar o seu medo em relação a passar a noite na rua, também apresenta ações concretas de enfrentamento da situação. Já a participante P2, frente aos processos subjetivos que envolvem a ideação suicida, nos mostra nas entrelinhas a importância das redes de apoio que se configuram dentro do próprio grupo da população de rua, levando em consideração que a participante nasceu “na rua”, ou seja, sua configuração familiar se deu em situação de rua e que as figuras mais importantes de sua família — mãe e avó — já são falecidas. Uma das representações sobre a experiência da situação de rua que aparece frequentemente em pesquisas sobre este tema descreve que quando a pessoa se “acostuma” com a situação de rua, acaba por ir se distanciando gradativamente de seus “antigos” vínculos, inclusive os familiares (Mattos & Ferreira, 2004; Rosa et al., 2006). Embora esta possibilidade exista, a temática da configuração familiar em situação de rua ainda é escassa na literatura.

Por uma série de adversidades enfrentadas, incluindo episódios de violência, a negação das representações compartilhadas na subjetividade social emerge como um

posicionamento do sujeito, de modo que tem importância para que estes rótulos sociais tenham um efeito menor em suas diversas relações interpessoais. Sobretudo, quando a pessoa entra em situação de rua, essas representações mobilizam, também, sentidos subjetivos presentes na configuração familiar, podendo haver uma mudança significativa no caráter das relações nela presentes. A pessoa em situação de rua pode ter que posicionar em relação às representações compartilhadas nos diversos espaços sociais e ainda no contexto familiar, o que pode contribuir para fragilizar a configuração familiar enquanto rede de apoio.

“Crio os meus filhos que moram bem pertinho. Minha esposa não quis me colocar na justiça. Por causa dos filhos. Eles moram bem pertinho, mas nunca fui lá ver eles porque o vagabundo sou eu”. – participante P4.

O processo de criar e educar os filhos aparece somente como da ordem do desejo, pois em seguida o participante se contradiz dizendo “nunca” ter ido visitá-los. Neste sentido, o impedimento, na percepção do participante, vem em função do julgamento familiar em relação à sua imagem enquanto pessoa em situação de rua, provocando o processo de exclusão do mesmo desse sistema, à medida que o próprio participante se vê sem recursos subjetivos para modificar sua situação. Como é perceptível na maioria dos casos, o preconceito vem não só do outro desconhecido, mas também das redes de apoio do indivíduo, o que pode favorecer mais ainda a permanência da situação de rua. Neste caso, o sentido que as diferenças individuais tomam na configuração das relações está ligada à subjetividade social. Outro lado, também podemos pensar que uma vez que a família é o primeiro social do sujeito, a identificação com a condição de *excluído* dentro do sistema familiar pode, embora não necessariamente, passar a, também, se reproduzir em outros contextos.

Pode ser desconsiderada ainda a possibilidade de pessoa, de certa forma, “escolher” a situação de rua em relação à rede de apoio, como no caso do participante P3. Se analisarmos

a afirmação presente em sua fala no começo da conversação e retomando a fala posterior, já citada neste trabalho, verificamos novos elementos a partir das construções já feitas: a narrativa da carência vem no sentido de que “algo” falta a este sujeito e que, embora o sujeito desloque busca de encontrar este algo fora de seu sistema de origem, ele reconhece que o seu desejo é pela busca disto na rede familiar. Tal busca mobiliza diferentes sentidos subjetivos presentes tanto na configuração familiar quanto na forma que os novos laços sociais se configuram na rua. Ao ser indagado sobre a sua melhor experiência na rua, A. responde:

“A minha experiência é que eu me sinto legal aqui, todo mundo me respeita. E eu me sinto, eu tô feliz aqui”. – Participante P3

A percepção mais favorável deste participante em relação aos vínculos feitos na rua abarca dois lados de uma moeda. Um deles consiste em uma parcial aceitação da situação de rua, o que tende o posicionamento do indivíduo de forma mais favorável e resistente às condições de adversidade encontradas nesta experiência. O outro lado é o caráter da subjetividade que não emerge de forma imediata frente à pergunta. A experiência relata de forma excessivamente otimista em relação à experiência da situação de rua aparece como uma espécie de máscara social, a fim de preservar as questões íntimas do sujeito. De certa forma, os conflitos familiares permaneceram ocultos momentaneamente.

“Depois da separação da minha ex-mulher, "eu" acabou... Eu sou movido por ela, sou apaixonado por ela”. – Participante P4.

Eu me vejo parece que para mim eu não sou eu. Depois que eu saí de casa eu não me reconheço. – reflexão de P3.

De modo geral, pode-se considerar que as relações familiares, tanto no sistema de origem quanto no sistema atual, influenciam a construção da identidade – sem desconsiderar as diferentes concepções sobre família e suas diversidades que existem atualmente. Na fala

do Participante P4., o participante a princípio pode parecer falar de um alcoolismo e da antiga relação conjugal, em um processo de despersonalização — partindo de um referencial de fora de sua experiência. Mas no fundo, sua fala descreve “como está difícil” sua vida: no momento da dinâmica conversacional ele não poderia descrever a si mesmo poeticamente ou filosoficamente, que seja, mas sim, expressar seu sofrimento da maneira citada. E na fala do participante P3., os sentidos subjetivos relacionado à identidade e autoimagem, anteriormente relacionado à sua história de vida, que inclui vivências anteriores à situação de rua, encontram contradições em sua configuração subjetiva atual, relacionadas a suas novas relações no espaço social da rua e sua nova imagem de se mesmo. A situação de rua, neste sentido, pode implicar em mudança significativas na vida das pessoas que passam por essa experiência, sendo mobilizadora de diversos sentidos subjetivos.

5. Considerações Finais

Promover uma pesquisa com pessoas em situação de rua é de difícil realização. Primeiramente, houve uma grande dificuldade de adesão à participação da pesquisa pelo fato de as pessoas, neste cenário social de pesquisa, em alguns casos terem de interromper as atividades de pedinte ou de “flanelinha”, para participar da dinâmica conversacional. Por outro lado, apesar de haver um certo “distanciamento social” entre pesquisador e participante, em termos de condições de financeiras e de vida, não houve tanta dificuldade de estabelecimento de vínculo em relação aos que aceitaram participar da dinâmica conversacional. Contudo, enquanto a maioria dos possíveis participantes respondeu ao convite de participação de forma educada e somente em um caso específico houve ameaça de agressão física em resposta a este convite.

Embora durante a realização do trabalho de campo alguns participantes já revelarem aspectos íntimos de si mesmo, em alguns momentos foi percebido a presença de “relatos protetores” no processo de dinâmica conversacional, estes presentes na literatura enquanto forma de preservar a “intimidade psíquica” das pessoas (Alvarez, Alvarenga & Della Rina, 2009). Isto implica pensar que a subjetividade não apresenta acesso imediato, mas através do sujeito, de forma que se apresenta para além da consciência do mesmo (González Rey, 2002). Dessa maneira, houve necessidade de provocar “tensão” na fala do sujeito, simultaneamente com uma atitude de não-julgamento e aceitação, de modo a conseguir acessar pontos de sua história de vida os quais poderia deixar encoberto por tais relatos.

Outro aspecto que dificultou a pesquisa foram as questões de localização do sujeito. A situação de rua, frequentemente, compreende um caráter nômade, o qual se torna um empecilho para o reencontro com o participante. Deste modo, agendar um novo encontro para a continuidade da pesquisa de campo com lugar, data e horário, na maioria dos casos parece

não surtir efeito algum, nem ter o mesmo sentido para estes participantes, em função de suas vidas serem organização de uma outra maneira. Por conta desta grande dificuldade de marcar um outro encontro com os participantes, alguns só foram reencontrados após o encerramento das atividades de ida a campo, embora ainda manifestassem o desejo de continuar a pesquisa.

Desta maneira, entendo que o pesquisador, neste caso, deve promover esforços de fazer todos os procedimentos de campo, desde a construção do cenário social de pesquisa, com a apresentação dos termos previstos no TCLE e realização do processo de dinâmica conversacional. Portanto, o pesquisador deve buscar compreender o máximo de informações a respeito dos participantes em uma única sessão de pesquisa por uma questão de circunstâncias.

Sobre as reflexões produzidas neste estudo, a experiência da situação de rua é mobilizadora de uma diversidade de sentidos subjetivos. As representações compartilhadas sobre a população que se encontra na referida situação — como a de “coitadinho”, bandido, mendigo, drogado, entre outras —, de certa forma encontram ressonância na vivência da experiência da situação de rua de parte desta população, como aparecem em alguns relatos. Contudo, estas representações acabam tomando um sentido maniqueísta na subjetividade social dominante, tornando-se naturalizadas e esquematizadas, assim ressalta apenas as características presentes no processo de rotulação, que, geralmente, distorcem a percepção da vivência da situação de rua.

Neste sentido, alguns participantes relataram o envolvimento com drogas, a criminalidade, a dificuldade de manter hábitos de higiene e uma boa apresentação, entre outros aspectos relacionados nas representações compartilhadas. Contudo, as mesmas representações compartilhadas na subjetividade social, ao assumirem um caráter generalista, acabam por ocultar os diversos processos subjetivos presentes nessas questões, como a

exclusão social, a dificuldade de inserção social e no mercado de trabalho, por exemplo. Por exemplo, como já foi citado na análise e construção da informação, temos a fala do participante afirmando que uma pessoa, a qual se constituiu como rede de apoio, foi presa em função de “roubar” comida para os seus filhos. Portanto, as relações com a criminalidade ou o uso de drogas lícitas ou ilícitas emergem como estratégias de enfrentamento na busca de sobrevivência — podendo se dar escolha pessoal ou estas pessoas podem se verem obrigadas a fazê-lo, em função da situação. Todavia, estas relações estão presentes enquanto práticas sociais e *não são exclusivas* da população em situação de rua, sendo presentes em maior ou menor grau, inclusive, na classe média (Bastos & Rabinovich, 2012; Pratta & Santos, 2007), por exemplo, mas configuradas a partir de outros sentidos.

Desta maneira, as expectativas profissionais, de aparência, modelo de sucesso, entre outros aspectos presentes na subjetividade social, podem vir a ser motivo de sofrimento para quem não consegue cumpri-las, não exclusivamente no sentido de não realização, mas como também no sentido de não pertencimento aos grupos que conseguem fazê-lo. Os efeitos gerados pelos processos da subjetividade social em relação à experiência da situação de rua acabam por gerar tensões sociais, uma vez que os demais segmentos da sociedade acabam por promover a violência simbólica, quando não física, em relação a esta população.

Nesta perspectiva, entendo que a experiência da situação de rua configura-se na subjetividade individual através de desdobramentos na história de vida de cada pessoa que ocorrem de forma diferenciada. Não obstante, embora a saída da situação de rua não seja um processo nada fácil, podendo estar relacionada a dificuldades financeira, de inserção social e no mercado de trabalho, ou mesmo conflitos familiares ou falta de rede de apoio, por exemplo, existe uma outra dificuldade presente nesta saída: estas pessoas viveram tanto tempo em seu próprio modo na situação de rua que se torna difícil viver de outra maneira. Nesta questão, pode estar presente a dificuldade de lidar as diversas restrições e exigências que a subjetividade

social demanda, como ter uma rotina de trabalho exaustiva, por exemplo. Logo, deve se considerar o caráter do posicionamento do sujeito que implicam sentidos subjetivos frente a experiência da situação de rua como forma de sobrevivência e sua forma de lidar com os conflitos nas relações interpessoais.

O olhar que lançamos para as pessoas em situação de rua de fora desta experiência perpassa, também, nossa história individual e nossa identidade, que configurada por sentidos subjetivos acerca de expectativas sociais, como códigos de conduta, que se antecipam à nossa “realidade”, em função de sua naturalização. Portanto, faz-se necessário que, ao se propor novas políticas públicas ou ações em prol da população de rua, que sejam levados em consideração os sentidos subjetivos da experiência da situação de rua, o que favorece que sejam levadas em consideração as demandas desta população, que nem sempre vai coincidir com as demandas dos atores sociais que propõem a ajuda.

A questão da situação de rua configura-se como uma questão de Saúde Pública, frente à situação de risco e precariedade que esta população se encontra. Sobretudo, a temática da população de rua ainda possui articulação com a Saúde Mental, uma vez que os usuários desta rede de serviços em Saúde Mental, além de estarem na condição de sofrimento psíquico, enfrentam os processos de exclusão e, embora isto não necessariamente ocorra, poderá haver a possibilidade de lidar com a situação de rua:

Se enfatizarmos o chamado “fator psicológico” na gênese e constituição da população de rua, acabaremos deixando em segundo plano todos os graves problemas brasileiros que são aí determinantes e cruciais: a excessiva concentração de renda, as contradições do modelo neoliberal, a fragilidade das políticas sociais, etc. [...] Sabe-se que muitos dos moradores de rua têm problemas graves em relação com a família. [...] Os manicômios e as instituições semelhantes apresentaram-se historicamente como falsa solução para tal problema: os ditos “desajustados” encontraram nessas instituições teto e comida, porém ao preço de uma

renúncia definitiva a qualquer reflexão, a qualquer registro de sua subjetividade (Lobosque, 1997, p.66-68).

A autora trata da questão da situação de rua na qualidade de fenômeno multifacetado, levando em consideração seu caráter sistêmico e complexo na sociedade, tratando dos processos subjetivos de exclusão frente àqueles que não se adequam às expectativas da subjetividade social dominante e como as instituições podem assumir a ideia de *lugar* para aqueles que “não tem lugar”, favorecendo ainda mais estes processos.

Apesar a articulação das instituições assistencialistas, seja elas públicas ou privadas, poucas pessoas conseguem sair da situação de rua. Se levarmos em consideração que tais instituições se encontram imersas na subjetividade social, podem incentivar nas pessoas em situação de rua sentidos subjetivos semelhantes aos que recebem nos espaços sociais da rua, de modo que não se estimula a reflexão crítica sobre suas implicações frente a própria condição de vida. Mendonça (2006) problematiza essa questão em seu trabalho, inclusive descrevendo que, às vezes, o fato de andar malvestido pode ser uma estratégia para se conseguir dinheiro na rua mais fácil na condição de pedinte. Em outras situações, o uso de drogas lícitas ou ilícitas pode se empecilho para o retorno à situação de rua, tendo em vista que os efeitos do uso têm implicações nas relações interpessoais.

Em suma, a experiência da situação de rua configura uma diversidade de sentidos subjetivos, inclusive contraditórios. Este trabalho não visa esgotar as questões sobre a situação de rua, mas sim abrir caminhos de reflexão sobre o tema:

A pesquisa qualitativa não exige a definição de hipóteses formais, pois não se destina a provar nem a verificar, mas a construir, e não requer a explicitação do que vai ser provado, pois frequentemente isso não se conhece no começo. Quando afirmamos que ela não se destina a provar nem a verificar, não quisemos dizer que em seu curso não se verifiquem e provem

determinadas coisas, mas que esses objetivos aparecem como momentos do processo de pesquisa, e não representam momentos analíticos estabelecidos como o fim da pesquisa (González Rey, 2002, p.73).

Neste sentido, as ideias e reflexões deste estudo vieram a partir da epistemologia qualitativa na utilização do método construtivo-interpretativo. Deste modo, é visada a construção teórica não a partir de uma relação de causa e efeito, mas sim levando em consideração a plurideterminação da realidade e dos fenômenos humanos. A partir disso, podemos dizer também que a construção do conhecimento é uma produção do pesquisador. Embora não aborde o problema estudado em sua totalidade, é capaz de favorecer o surgimento de novas *zonas de sentido* (Mori & González, 2011). O processo de construção da informação depende diretamente da qualidade da interação entre participante e pesquisador, uma vez que a comunicação, em seu caráter dialógico, e essa relação de interação estarão presentes na constituição do cenário de pesquisa.

6. Referências

- Alvarez, Aparecida Magali de Souza, Alvarenga, Augusta Thereza de, & Della Rina, Silvia Cristiane de S. A.. (2009). Histórias de vida de moradores de rua, situações de exclusão social e encontros transformadores. *Saúde e Sociedade*, 18(2), 259-272.
<https://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902009000200009>
- Bastos, Samira Safadi, & Rabinovich, Elaine Pedreira. (2012). Jovens de classes médias infratores e a questão da autoridade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 12(2), 539-553. Recuperado em 19 de junho de 2016, de
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812012000200013&lng=pt&tlng=pt.
- Bock, A. M. B.. (1999). A psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. *Revista Estudos de Psicologia*, 4 (2), 315-329.
- Botti, Nadja Cristiane Lappann, Castro, Carolina Guimarães de, Silva, Monica Ferreira da, Silva, Ana Karla, Oliveira, Ludmila Cristina de, Castro, Ana Carolina Henriques Oliveira Amaral de, & Fonseca, Leonardo Leão Kahey. (2010). *Prevalência de depressão entre homens adultos em situação de rua em Belo Horizonte*. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 59(1), 10-16. <https://dx.doi.org/10.1590/S0047-20852010000100002>
- Brasil, Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas. (2007). *Pesquisas identificam o perfil dos moradores de rua em SP*. Acesso em Abril 28, 2014 em
<http://www.fipe.org.br/web/index.asp?c=37&aspx=/web/home/noticia.aspx>
- Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. (2012). Acesso em 30 de Agosto de 2015 em
<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/C13%20n104%20->

%20PRIMEIRO%20CENSO%20E%20PESQUISA%20NACIONAL%20SOBRE%20A%20POPULACAO%20EM%20SITUACAO%20DE%20RUA.pdf.

Brasil, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da república. (2014). Acesso em 30 de agosto de 2015 em <http://www.sdh.gov.br/noticias/2014/julho/ibge-apresenta-resultado-de-pesquisa-experimental-sobre-populacao-em-situacao-de-rua>.

Brêtas, Ana Cristina Passarella; Marcolan, João Fernando; Rosa, Anderson da Silva; Fernandes, Flávia Saraiva Leão & Raizer, Milena Veiga. (2010). *Quem mandou ficar velho e morar na rua?*. Revista da Escola de Enfermagem da USP, 44(2), 476-481. <https://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342010000200033>

Bursztyn, Marcel. (org.) (2003). *No meio da rua – nômade, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond.

Cerqueira-Santos, Elder; Koller, Sílvia H.; Pilz, Christian; Dias, Daniela D., & Wagner, Flávia. (2006). *Concepções de policiais sobre crianças em situação de rua: um estudo sobre preconceito*. Psico-USF, 11(2), 249-256. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-82712006000200013>

Costa, Fernando Braga. (2008). *Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garis. Um estudo da psicologia social a partir de observação participante e entrevistas*. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-09012009-154159/publico/costafernando_do.pdf. Acesso em 1 mai. 2016.

Demo, Pedro. (1998). *Charme da exclusão social*. Campinas: Autores associados

Garcez Ghirardi, Maria Isabel, Lopes, Samira Rodrigues, Barros, Denise Dias, & Galvani, Débora. (2005). *Vida na rua e cooperativismo: transitando pela produção de valores*. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, 9(18), 601-610. Retrieved April 27, 2014,

from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832005000300014&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S1414-32832005000300014.

González Rey, Fernando. (2002). *Pesquisa Qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios*.

São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

González Rey, Fernando. (2003). *Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

González Rey, Fernando. (2005). *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade*. São Paulo: Cengage Learning.

González Rey, Fernando. (2005). *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade*. São Paulo: Cengage Learning.

González Rey, F. L. (2007). *Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade. Uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Thomson Learning.

González Rey, F. L. (2011). *Subjetividade e Saúde: superando a clínica da patologia*. São Paulo: Cortez Editora.

Hallais, Janaína Alves da Silveira, & Barros, Nelson Filice de. (2015). *Consultório na Rua: visibilidades, invisibilidades e hipervisibilidade*. Cadernos de Saúde Pública, 31(7), 1497-1504. <https://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00143114>

Hawking, W. Stephen. (1988). *Uma Breve História do Tempo*. Lisboa: Gradiva – Publicações, Ltda.

Lobosque, Ana Marta. (1997). *Princípios para uma clínica antimanicomial e outros escritos*. São Paulo: Editora Hucitec.

Mattos, Ricardo Mendes, & Ferreira, Ricardo Franklin. (2004). Quem vocês pensam que (elas) são? - Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*, 16(2), 47-58. Retrieved May 18, 2014,

- from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822004000200007&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S0102-71822004000200007.
- Mendonça, Gabriel Coelho. (2006). *Sentidos subjetivos de moradores de rua frente ao futuro*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, Brasil.
- Mori, Valéria D., & González Rey, Fernando L. (2011). Reflexões sobre o social e o individual na experiência do câncer. *Psicologia & Sociedade*, 23(spe), 99-108. Retrieved March 17, 2014, from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000400013&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S0102-71822011000400013.
- Paludo, Simone dos Santos, & Koller, Silvia Helena. (2005). *Resiliência na rua: um estudo de caso*. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(2), 187-195.
<https://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722005000200009>
- Pratta, Elisângela Maria Machado, & Santos, Manoel Antônio dos. (2007). Adolescência e uso de substâncias psicoativas: o impacto do nível socioeconômico. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 15(spe), 806-811. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692007000700015>
- Resende, Viviane de Melo. (2012). Representação discursiva de pessoas em situação de rua no "Caderno Brasília": naturalização e expurgo do outro. *Linguagem em (Dis)curso*, 12(2), 439-465. Retrieved March 25, 2014, from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-76322012000200004&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S1518-76322012000200004.
- Rosa, Anderson da Silva, Secco, Maria Garbriela, & Brêtas, Ana Cristina Passarela. (2006). O cuidado em situação de rua: revendo o significado do processo saúde-doença. *Revista*

Brasileira de Enfermagem, 59(3), 331-336. Retrieved April 27, 2014, from
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672006000300015&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S0034-71672006000300015.

Silva, Henrique Salmazo da, & Gutierrez, Beatriz Aparecida Ozello. (2013). Dimensões da qualidade de vida de idosos moradores de rua do município de São Paulo. *Saúde e Sociedade*, 22(1), 148-159. Retrieved April 27, 2014, from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902013000100014&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S0104-12902013000100014.

Apêndice A – TCLE



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro participante, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, convido você a participar da pesquisa *uma análise das experiências subjetivas de pessoas em situação de rua*, que está sendo realizada pelo aluno de graduação Rodrigo Fernandes dos Santos do curso de Psicologia do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, sob a orientação da Professora: Valéria Mori. O objetivo da presente pesquisa é analisar as produções subjetivas e os processos de identidades frente à situação de rua — em palavras mais simples, “o que a pessoa da rua é e quem é a pessoa da rua. Como justificativa, a importância de tudo isso é mostrar que tem pessoas na rua e que essas pessoas não são “as coisas ruins” que as pessoas pensam. Dessa forma, podemos mostrar para mais gente que a pessoa da rua tem que ser vista, reconhecida por todos e ajudada. Eu quero que as pessoas olhem para a pessoa da rua como ser humano e com respeito, vocês *têm* que ser vistos.

O procedimento da pesquisa que consiste em estabelecimento de uma dinâmica conversacional, que é uma conversa para a gente conseguir aprender mais sobre a pessoa da rua e você fala só o que você quiser. Você pode falar da sua vida, das coisas que você gosta, das que você não gosta, o que você faz ou qualquer coisa que quiser falar. Você pode fazer essa conversa se você quiser, você não é forçado para nada, nem nenhuma coisa. Se você não quiser conversa, não precisa fazer. E se você quiser conversar, mas no meio da conversa quiser parar ou desistir, você pode fazer isso a qualquer hora ou momento, sem nada de ruim acontecer para você. Só se você deixar, eu vou gravar a gente conversando. Se você não deixar eu só vou anotar escrevendo. Ninguém vai saber quem é você durante toda a pesquisa,

nem nada que as pessoas saber que é você. Não vai ter seu nome em nada, nem nada que te identifique.

Mesmo que a conversa não traga perigo para o seu corpo, pode ser que se a gente falar alguma coisa que você viveu, você não se sinta legal ou tenha sentimentos ruins, como tristeza ou raiva. Você terá a minha ajuda se isso acontecer antes ou depois, porque você pode me ligar a cobrar de qualquer orelhão a qualquer hora. Com isso eu vou te ajudar a se sentir legal.

As coisas boas que a conversa pode dar é ajudar a pensar na vida diferente. Você aprender mais sobre você. Você aprender a ajudar você mesmo. E coisas que você não tinha pensado que você pode fazer por você. Pode ser que você comece a ver e pensar algumas coisas diferentes. E coisas que você pode fazer diferente na sua vida.

Uma folha dessa vai ficar comigo e outra vai ficar com você. As duas a gente escreve o nome (assina). Qualquer gasto que tenha nessa pesquisa, não vai ser você que vai precisar pagar. Se precisar pagar eu, como pesquisador, pago tudo o que gastar (despesas do participante e pesquisa). Se algo de ruim acontecer com você na pesquisa, você pode ser *indenizado*. Ou seja, se você se sentir prejudicado, isso tem que ser compensado.

Eu, _____, concordo em participar desta pesquisa que está sendo realizada no dia _____ por Rodrigo Fernandes dos Santos, no Centro Universitário de Brasília

Assinatura do pesquisador:

Email do pesquisador:

Telefone para contato:

Apêndice B – Cronograma com etapas de pesquisa

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES									
	nov/15	dez/15	jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16	jul/16
Revisão Bibliográfica									
Submissão do Projeto de Pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do UniCEUB – Brasília									
Convite verbal aos participantes									
Assinatura do termo de compromisso pelos participantes									
Encontros individuais para dinâmica conversacional									
Análise dos Relatórios									
Redação processo de construção da informação									
Discussão dos resultados									
Redação final da monografia									
Defesa da monografia									
Reunião com participantes para devolução sobre a pesquisa ou entrega pessoal individual do pesquisador para os participantes									

Observações: o item “Assinatura do termo de compromisso pelos participantes” corresponde ao Apêndice A (TCLE) presente nesta pesquisa, o que implica o compromisso *do pesquisador*, contendo também a assinatura do pesquisador, sendo que uma das duas vias ficando com o participante.